
Diálogos entre as questões socioculturais e os sistemas de organização do conhecimento

Diálogos entre las cuestiones socioculturales y los sistemas de organización del conocimiento

Dialogues between sociocultural issues and knowledge organization systems

Walter MOREIRA (1), Deise SABBAG (2)

(1) Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Av. Higino Muzzi Filho, 737, Marília – SP, Brasil – CEP: 17.525-900, walter.moreira@unesp.br. (2) Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Av. Bandeirantes, 3900, Ribeirão Preto – SP – Brasil, CEP 14040-901, deisesabbag@usp.br

Resumen

La base ontológica necesaria para los sistemas de organización del conocimiento (SOC) se estructura en una base epistemológica y, como se requiere cada vez más, en el contexto de los estudios críticos sobre la organización del conocimiento, en una base cultural. Los SOC deben ser discutidos en términos de sus impactos sociales, directos o indirectos, visibles o no. Así, se plantean como problemas generales de investigación las siguientes preguntas: ¿cómo reconocer e incorporar la diversidad cultural en los SOC? ¿Cómo reconocer su dimensión aplicada en la construcción de representaciones documentales? SOC que no son inclusivos fracasan en la socialización del conocimiento. El descuido de las variables culturales involucradas en la producción y organización del conocimiento hace que el sistema sea opresivo o irrelevante, en ambos casos prescindible. Así, el objetivo es comprender los requerimientos formulados a los SOC de acuerdo con los intereses de la perspectiva cultural de la organización del conocimiento. Para ello, se adopta como fundamento metodológico la construcción de un texto crítico-reflexivo con base en los elementos señalados por Hjørland y Pedersen (2005) y resumidos en Hjørland (2008) como fundamentos para una teoría de la clasificación. Así, los diez principios enumerados por estos autores son sistematizados en cinco dimensiones de análisis relacionadas con la concepción de la estructura clasificatoria como componente de los SOC: objetividad/subjectividad; base ontológica; base sociocultural; el dominio como elemento rector; efectos sociales de la clasificación. Se concluye que la incorporación de la diversidad cultural en los SOC requiere atención a tres elementos que, aunque fácilmente identificables, resultan extremadamente complejos en su aspecto pragmático: a) el mapeo y reconocimiento de las diferentes perspectivas socioculturales a través de las cuales un determinado concepto puede ser observado; b) la incorporación de esta diversidad a los SOC flexibilizando la estructura de clasificación que la soporta; y c) la explicación de los puntos de vista adoptados en la construcción del SOC.

Palabras clave: Sistemas de organización del conocimiento. Organización del conocimiento. Estudios culturales. Aspectos sociales.

Abstract

The necessary ontological basis for knowledge organization systems (KOS) is structured on an epistemological basis and as is increasingly required in the context of critical knowledge organization studies, on a cultural basis. Thus, KOS must be discussed in terms of their social impacts, either directly or indirectly, visible, or not. The following questions are raised as general research problems: how to recognize and incorporate cultural diversity in KOS? How do recognize its applied dimension in the construction of documentary representations? KOS that are not inclusive fail in their fundamental purpose, which is the socialization of knowledge. The neglect of the cultural variables involved in the production and organization of knowledge makes the system oppressive or irrelevant, in both cases expendable. Thus, the objective is to understand the new requirements formulated for knowledge organization systems in accordance with the interests of the cultural perspective of knowledge organization. To do this, the construction of a critical-reflexive text based on the elements indicated by Hjørland and Pedersen (2005) and summarized in Hjørland (2008) as foundations for a classification theory is adopted as a methodological parameter. Thus, the ten principles listed by these authors are systematized into five dimensions of analysis related to the conception of the classificatory structure as a key component of KOS, they are: objectivity/subjectivity; ontological basis; sociocultural base; the domain as a guiding element; social effects of classification. It is concluded that the incorporation of cultural diversity into KOS requires attention to, at least, three elements that, although easily identifiable, prove to be extremely complex in their pragmatic aspect: a) the mapping and recognition of the different sociocultural perspectives through which a given concept can be observed; b) the incorporation of this diversity into the SOC by making the classification structure that supports it more flexible; c) the explanation of the points of view adopted in the construction of the SOC.

Keywords: Knowledge organization systems. Knowledge organization. Cultural studies. Social issues.

1. Introdução

Paralelamente à revolução digital, ou em consonância dialógica com ela, ocorre também uma reforma relativa aos processos de inclusão social, com maior respeito pela diversidade em todos os seus aspectos.

No que diz respeito à biblioteconomia, à arquivologia e à ciência da informação, caminha-se, há algumas poucas décadas, de uma postura com foco no acervo ou na custódia dos documentos para perspectivas mais abertas e inclusivas, focadas no acesso pleno ao conhecimento registrado e na promoção das condições para sua livre circulação e produção. Evidentemente que as tecnologias digitais facilitam a organização, circulação e compartilhamento de documentos, notadamente aqueles marcados pela originalidade, sem que a necessidade de preservação seja tomada como o elemento principal. Óbvio que ainda é preciso preservar, mas a ubiquidade do documento digital torna o processo menos oneroso.

Como é próprio das mudanças sociais, trata-se, evidentemente, de um processo lento, circunscrito compassadamente por avanços e por retrocessos, cujo maior desenvolvimento tem início a partir da segunda metade do século XX.

O conhecimento, tomado como insumo básico para o desenvolvimento das sociedades, possui tanto aspectos subjetivos (produzindo subjetividades resultantes de um processo de configuração sócio-histórico que pode ser elaborado pela noção de subjetivação foucaultiana e deleuziana (Foucault, 2014; Deleuze, 1992), ou seja, entendida como processo que nunca está acabado, um devir, como objetivos (coletivos ou sociais).

É preciso reconhecer, portanto, as duas faces, ambas em diálogo, pelas quais o conhecimento opera: numa face um conjunto de características que o tornam praticamente insondável e que o configuram como posse do sujeito cognoscente, na outra face o aspecto de socialização que lhe confere o seu registro. As duas faces não são antagônicas e nem poderiam ser, são complementares, uma vez que as relações entre sujeito e sociedade também o são.

Paralelamente a essa concepção, aponta-se, com apoio em Hjørland (2006, 2007), uma distinção entre a abordagem intelectual e a abordagem social da organização do conhecimento. Tais modelos dialogam com as relações entre “organização intelectual das ciências” e “organização social das ciências” conforme a compreensão desses conceitos por Whitley (1984).

A organização intelectual do conhecimento tem como base as descrições e representações relativas à estruturação da realidade em seus diversos elementos. Podem ser citados como exemplos o mapa geográfico, a tabela periódica da química e as taxonomias da biologia. A organização social do conhecimento, por sua vez, refere-se à organização das disciplinas e das profissões, sendo, desse modo, assentada em sistemas sociais de organização do conhecimento, dentre os quais podem ser citados como exemplo as universidades e seus modelos de organização disciplinar do conhecimento.

Considerando-se o aspecto social da organização do conhecimento, busca-se construir uma reflexão crítica sobre a função reservada aos sistemas de organização do conhecimento (SOC) nesse cenário, incluindo-se o problema da representação. Assim, os SOC são contemplados de modo dialógico: tanto como dispositivos que assentam e estabilizam, de certo modo, as representações, como dispositivos formadores dos modelos gerais a partir dos quais o conhecimento é socialmente organizado, faceta que acentua sua proatividade na construção social do conhecimento.

Coloca-se como problema geral de pesquisa os seguintes questionamentos: como incorporar a diversidade cultural aos SOC? Como reconhecer sua dimensão aplicada na construção de representações documentárias?

O argumento fundamental que justifica a compreensão do problema assenta-se no fato de que SOC que não sejam inclusivos, nos quais os usuários não se percebem representados, falham de modo contundente em seu propósito fundamental que é a promoção do acesso, da circulação e da produção do conhecimento.

Qualquer SOC que negligencie as variáveis culturais envolvidas na produção e organização do conhecimento está fadado a sofrer as consequências de sua disfunção: tornar-se-á opressor, tendencioso ou irrelevante; em quaisquer os casos mostrar-se-á inadequado e, portanto, dispensável.

SOC são sistemas de classificação, são artefatos, e, nessa condição, possuem efeitos sociais.

Propõe-se como objetivo para esta pesquisa discutir as novas e antigas exigências formuladas aos SOC em função dos interesses da perspectiva cultural interdisciplinar da organização do conhecimento.

Para tanto, adota-se como procedimento metodológico a construção de um texto crítico-reflexivo assentado em dimensões de análise construídas a partir dos elementos apontados por Hjørland e Pedersen (2005) e sumarizados em Hjørland (2008). Esses textos apresentam um conjunto de

fundamentos aplicáveis a uma teoria da classificação que visa a recuperação da informação e enumeram dez princípios orientados pela da semântica pragmatista, em que as expressões são ferramentas de interação cujos significados são as funções que assumem na interação, em oposição a uma semântica positivista em que “as expressões ‘representa’ entidades e seus significados são as entidades representadas por elas” (Hjørland, 2008, p. 372-373, tradução livre).

Assim, os dez princípios enumerados por esses autores são adaptados e sistematizados em cinco dimensões de análise clivadas pela abordagem de uma estrutura classificatória como componente dos SOC: objetividade/subjetividade; base ontológica; base sociocultural; domínio como elemento norteador; efeitos sociais da classificação. A aplicação dessas dimensões neste estudo assenta-se na suposição de que apenas SOC cujas estruturas classificatórias estejam teleologicamente orientadas para a inclusão de diferentes perspectivas culturais poderão efetivamente fazê-la.

2. A organização do conhecimento e sua representação

A organização do conhecimento, observada em diálogo com a ciência da informação, pode ser compreendida por meio de três eixos ou dimensões (Guimarães, 2015): a) eixo epistemológico: refere-se à construção da própria organização do conhecimento em termos de seus paradigmas e suas bases teóricas e metodológicas; b) eixo tecnológico: refere-se à dimensão aplicada do campo, notadamente em relação aos impactos de seus instrumentos, os quais são referidos de modo genérico neste artigo pelo termo “sistemas de organização do conhecimento”; c) eixo cultural: em que se consideram os aspectos socioculturais que interferem na socialização do conhecimento registrado, com favorecimento da mediação de universos culturais.

Após a ampla revisão dos conceitos de cultura e dos costumes, de modo geral, realizados no bojo dos movimentos sociais pós 1968, essa temática tem ganhado cada vez mais destaque em diversas manifestações das ciências sociais, incluindo-se, naturalmente, as ciências sociais aplicadas. Dentre as dimensões apontadas por Guimarães (2015), destacam-se nesta pesquisa, sem prejuízo das demais em favor da perspectiva integradora de abordagem na pesquisa, as discussões sobre os referentes socioculturais na organização do conhecimento, abordando-se de modo mais específico as manifestações desses referentes nos SOC.

Assim, discutem-se os SOC em perspectiva dialógica com seus próprios efeitos, isto é, ao mesmo tempo em que são instrumentos que refletem um determinado modo de organizar o conhecimento, também o influenciam, por acordo ou desacordo. Conhecendo-se a influência do poder das visões de mundo privilegiadas sobre as classificações, como apontadas em Bowker e Star (XXX), é preciso encarar a função social dos SOC e questionar, minimamente, o que ou quem determina quais pontos de vista deverão prevalecer ou, em outros termos, o que será silenciado e o que será revelado pela seleção dos conceitos e suas relações. São questões amplas, cujas respostas não cabem neste artigo cuja pretensão é apontar alguns questionamentos subsidiários.

Em referência específica aos interesses da comunidade brasileira de pesquisadores sobre organização do conhecimento nas questões culturais, citam-se como exemplos significativos os temas de alguns eventos nacionais (capítulos) e um evento internacional, promovidos pela International Society of Knowledge Organization (ISKO), todos realizados no Brasil (Quadro I).

<i>Tema</i>	<i>Natureza</i>	<i>Data</i>
Complexidade e organização do conhecimento, desafios de nosso século	capítulo Brasil	2013
Organização do conhecimento e diversidade cultural	capítulo Brasil	2015
Organização do conhecimento para um mundo sustentável: desafios e perspectivas para o compartilhamento cultural, científico e tecnológico em uma sociedade conectada	internacional	2016
Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento	capítulo Brasil	2017
Organização do conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas	capítulo Brasil	2019

Quadro I. Temáticas dos congressos ISKO realizados no Brasil (2013-2019)

Os referentes socioculturais nos SOC estão presentes na sua construção e modulação conceituais, razão pela qual devem ser analisados em sua função precípua de recorte de uma realidade

que está assentada num tempo e espaço. Assim, tais sistemas, afastados da pretenciosa vaidade da universalidade, contemplam apenas uma ou, no melhor dos casos, algumas perspectivas de categorização da realidade como lentes objetivas constituídas de diversas camadas de vidro, e outros componentes complexos, que capturam elementos da realidade de um determinado saber-poder que é controlado, selecionado, organizado e distribuído por procedimentos de exclusão: interdição, separação e vontade de verdade (Foucault, 2013).

No momento da constituição das suas bases classificatórias já se evidenciam traços históricos, culturais e ideológicos que permitem aos classificacionistas, como sujeitos de um outro contexto, avaliá-los criticamente, podendo incorporar ou não seus traços, sendo indispensável que haja interesse permanente para percebê-los (Shera, 1959).

O que se quer evitar é que a advertência de Shera (1959, p. 120, tradução livre), relativa à concepção de classificação restrita ao seu aspecto utilitário de ferramenta de localização, ainda seja necessária no mesmo grau em que foi enunciada, sessenta e três anos depois:

Dizer que a classificação bibliográfica é utilitária não é, em si mesmo, depreciativo; ela deveria ser útil, mas hoje a classificação bibliográfica é utilitária no nível mais baixo de suas capacidades. Não estrutura o conhecimento registrado em padrões harmoniosos com os padrões de pensamento do usuário da biblioteca, serve principalmente como um dispositivo pelo qual se pode encontrar um determinado livro.

Considerando-se as expectativas decorrentes da evolução do conceito de “bibliotecas tomadas isoladamente” para o conceito de “bibliotecas como dispositivos que funcionam em redes colaborativas”, as perspectivas de universalidade dos primeiros sistemas de classificação bibliográficos trazidas na esteira do positivismo que os inspirou já não tem mais sentido. A atual ausência de grandes projetos universais de organização do conhecimento como a que se verificou no final do século XIX e início do XX é um forte argumento a esse respeito (Moreira, 2018).

Observando-se os aspectos conceitual, terminológico e representacional dos SOC, o desafio que se impõe à organização do conhecimento é a construção de instrumentos atentos às questões de interoperabilidade não apenas em nível das diversas línguas, mas, principalmente, que possam representar e promover o diálogo entre as diferentes culturas, incluindo-se, claro as diferentes línguas.

Isto é, requerem-se SOC que avancem em relação à perspectiva, ainda absolutamente necessária, dos instrumentos multilíngues de organização e recuperação da informação em favor de instrumentos multi e transdisciplinares que ultrapassem as barreiras culturais. Em movimento de resistência e enfrentamento ao desejo de transposição, alcance e atravessamento que advém da revolução cultural e os processos de desenvolvimento do meio ambiente global que caminham para a compressão espaço-tempo, bem como para a homogeneização cultural (Hall, 1997) que trabalha para o único, o lugar único, um mundo único que desconsidera as diferenças, a multiplicidade.

Neste sentido surge a necessidade de que os SOC não sejam meras formas de regulação cultural que existem no interior dos sistemas classificatórios,

que delimitam cada cultura, que definem os limites entre a semelhança e a diferença, entre o sagrado e o profano, o que é ‘aceitável’ e o que é ‘inaceitável’ em relação a nosso comportamento, nossas roupas, o que falamos, nossos hábitos, que costumes e práticas são ‘normais’ e ‘anormais’, quem é ‘limpo’ e quem é ‘sujo’ (Hall, 1997, p. 42).

A norma mais recente da ISO aplicada à construção de tesouros (International..., 2011), que já manifesta de modo explícito preocupações com a interoperabilidade e que formaliza, inclusive, algumas orientações, também destaca o multilinguismo e a multiculturalidade como horizontes. O cenário que demanda e assegura essas necessidades é o da crescente internacionalização das ciências, das técnicas e das humanidades, além, evidentemente do próprio caráter multicultural da internet, como destaca García Marco (2016).

Considerando-se a perspectiva e as demandas do multiculturalismo em busca de uma sociedade igualitária, manifesta-se cada vez mais preocupação com os aspectos e as consequências sociais decorrentes das ações de construção e de uso dos SOC. Procura-se, portanto, compreender a organização do conhecimento pela perspectiva aplicada, principalmente ontológica, e cultural dos SOC, mantendo-se, naturalmente, o diálogo com suas bases epistemológicas.

A estrutura classificatória presente nos SOC faz de todos eles também agentes de produção, manutenção ou renovação dos mesmos efeitos de sentidos silenciados que, no bojo da intolerância e das desigualdades, trazem a compreensão do dito e do não-dito.

3. Posturas epistemológicas

O enfrentamento teórico dos mecanismos que colaboram para a manutenção e reprodução da intolerância e das desigualdades, tais como aqueles que se manifestam nas escolhas de itens lexicais adotados no âmbito das terminologias (termos) e das linguagens documentárias (descritores) são aqui problematizados como nucleares para que a organização do conhecimento possibilite olhares pela perspectiva cultural inclusiva.

Para tanto, a partir da sumarização dos elementos fundadores de uma teoria da classificação, de sua estrutura classificatória e componentes, são cotejadas por meio de reflexão crítica as cinco categorias estruturais classificatórias inspiradas em Hjørland (2008) e consideradas essenciais para a promoção e movimento dialógico entre as questões socioculturais e a organização do conhecimento, cognominados de: a objetividade/subjetividade dos critérios classificatórios; a base ontológica dos SOC; o domínio como unidade de análise; a base sociocultural dos SOC; a classificação e seus efeitos.

3.1. A objetividade/subjetividade dos critérios classificatórios

Não existem e nem são desejáveis critérios puramente objetivos para a organização do conhecimento, pois as representações são sempre orientadas por pontos de vista. Isto é, olhares que são produzidos culturalmente por algo comum que tem forma, propósitos e significados, mas que estão situados em um determinado tempo e espaço e, por essa razão, não podem ser aplicáveis sem levar em consideração a sociedade em desenvolvimento que se constrói e reconstrói, que está em debate permanente de criação em cada pensar individual.

A aplicação de critérios puramente objetivos descarta os significados e novas observações sociais marginalizando o processo ordinário da natureza de uma cultura (Williams, 2015). A decisão que se requer, portanto, é de ordem ética e não está entre subjetividade e objetividade, mas entre viés e “inclinação” (*slant*) (Guimarães, 2017), isto é, a assunção de um determinado ponto de vista devidamente justificado, conscientemente assumido e eticamente comprometido. Como exemplos mais danosos de vieses, Guimarães (2017) destaca o preconceito e o proselitismo.

Embora as classificações também devam ser abordadas, como de fato são, por seu aspecto técnico, principalmente quando são discutidas no âmbito aplicado das profissões conectadas à organização da informação, é preciso enfatizar seu

caráter epistemológico. O ato de classificar, como salienta García Gutierrez (2011, p. 6, tradução livre), “não é orientado apenas por um conjunto de regras organizacionais explícitas, mas também por padrões comportamentais cognitivos, inconscientes e automáticos ligados à ideologia, cultura, identidade e memória que confinam o pluralismo e a interpretação”.

3.2. A base ontológica dos SOC

Embora SOC seja um termo genérico empregado para se referir a uma ampla gama de instrumentos diversamente estruturados, com funções específicas e diferentes maneiras de se relacionar com as tecnologias (Mazzocchi, 2018), há, pela própria condição lógica de ser esse um termo genérico, alguns componentes comuns entre seus elementos.

Assim, sistemas de classificação, tesouros e ontologias, entre outros, manifestam, todos, uma base ontológica (explicitamente ou não) e são projetados para dar suporte à organização do conhecimento e da informação. Torna-se imprescindível, portanto, compreender em que condições são assumidos os compromissos ontológicos que os sustentam.

A atividade de classificação, ratificam Durkheim e Mauss (2009)⁽¹⁾, não é inata, é construída socialmente, e não é, portanto, natural, mas cultural, de modo que a organização das ideias no pensamento é feita em estreita conexão com a organização social do conhecimento. A hierarquia lógica nesse caso “é apenas outro aspecto da hierarquia social, e a unidade do conhecimento nada mais é do que a própria unidade da coletividade social estendida ao universo” (Needham, 2009, p. x, tradução livre).

Para Durkheim e Mauss (2009) as pessoas primitivas não seriam tão diferentes daquelas “cultas”, haveria apenas uma diferença de grau, mas não de qualidade, entre os sistemas totêmicos dos aborígenes australianos e as visões mais racionais e científicas dos europeus. Fundamentalmente, o impulso de organizar obedeceria aos mesmos esquemas e existiria em todos os lugares e culturas, independentemente de serem orientados pela ciência ou outro modelo epistemológico.

As classificações primitivas, portanto, “não são singulares ou excepcionais, sem nenhuma analogia com aquelas empregadas por povos mais civilizados; pelo contrário, parecem estar ligadas, sem quebra de continuidade, às primeiras classificações científicas” (Durkheim; Mauss, 2009, p. 48, tradução livre).

Durkheim e Mauss (2009) aproximam as classificações sociais dos fatos sociais, tomando ambos como externos aos indivíduos e que se lhe impõem de modo coercitivo. Adicionalmente, como destaca Herrera López (2006, p. 6, tradução livre), “a classificação das coisas reproduz a classificação da sociedade, a qual vincula o sistema social com o sistema lógico”.

Ainda a respeito do pensamento de Durkheim e Mauss, concorda-se com a síntese de Siqueira (2010, p. 39) segundo a qual esses pensadores defendem que “a organização de uma classe está mais associada à observação direta do mundo real, ao invés de uma elaboração abstrata, o que resulta numa classificação moldada segundo as categorias sociais, reflexos das relações familiares, socioeconômicas, políticas e culturais”. Nega-se, desse modo, a ideia de mimese e enfatiza-se o aspecto sociocultural e ideológico das classificações, os quais influem diretamente nos aspectos éticos da organização e representação do conhecimento, como já destacado em Hudon (1997), Beghtol (2002) e Guimarães (2017), entre outros.

3.3. O domínio como unidade de análise

A concepção expressa na subseção imediatamente anterior a esta dialoga com a noção de domínio entendido como “unidade de análise para a construção de um sistema de organização do conhecimento” (Smiraglia, 2012, p. 114, tradução livre). Um domínio “é um grupo que possui uma base ontológica que revela uma teleologia subjacente, um conjunto de hipóteses comuns e um consenso epistemológico sobre abordagens metodológicas [...]” (Smiraglia, 2012, p. 114, tradução livre).

As interações entre os diversos aspectos, elementos ou componentes dos domínios definem seus contornos e revelam seu papel crítico na evolução do conhecimento. Portanto a base ontológica revela uma materialidade linguística e histórica remetendo a um discurso produzido e aceito dentro do domínio pela comunidade discursiva. Na noção de domínio e seu discurso estão explicitadas as regularidades, as referências, as formações discursivas que entram em jogo pela formação ideológica (Orlandi, 2020).

Mai (2011) chama de “distância semiótica” o movimento necessário para que se proceda à classificação de modo a se abandonar a ideia de que se pode classificar as coisas como realmente são, no sentido do realismo, e, nessa mesma linha, de que seria possível classificar os documentos pela identificação de seu sentido real. Nada mais redutor à classificação bibliográfica, aliás, do que clivá-la por seu aspecto técnico de

ordenação. Para compreender e ser capaz de avaliar uma classificação, é preciso compreendê-la pela perspectiva da sua relação com o domínio e com a cultura, isto é, contemplando o contexto social em que a classificação é utilizada, bem como o seu poder de representação.

3.4. A base sociocultural dos SOC

SOC são artefatos culturais, isto é, são construídos e utilizados em contextos sociais nos quais as pessoas compartilham diversidades de costumes, linguagens, religiões, posições políticas, orientações sexuais, ideologias etc. Assim, para a compreensão do tema desta pesquisa é preciso acrescentar à base ontológica e epistemológica dos SOC uma “base cultural”, isto é, incluir discussões sobre as referências socioculturais que orientam as discussões sobre organização do conhecimento e, por extensão, os SOC.

A base cultural, e o próprio conceito de cultura na perspectiva antropológica, tem como característica a reconstrução e fragmentação devido a inúmeras reformulações, mas como sistemas adaptativos os SOC são sistemas culturais que produzem comportamentos socialmente transmitidos; necessitam acompanhar a mudança cultural que é um processo de adaptação atravessado pela tecnologia, economia, organização social e meios de produção; é um sistema afetado pelos componentes ideológicos dos sistemas culturais que contribui como dispositivo de poder (Laraia, 2001).

Nesse sentido, constituição e o emprego de uma classificação requerem, como condição *sine qua non*, a adoção de pontos de vista. Admitindo-se que o número de diferentes perspectivas por meio das quais se pode compreender a realidade é potencialmente infinita, espera-se que os SOC sejam capazes de revelar os aspectos convergentes, concorrentes ou conflitantes relativos aos diversos fenômenos, se não todos, pelo menos o maior número deles. Assim, como ensina Mai (2011, p. 717), “o desafio do catalogador e do indexador não seria extrair o conteúdo dos documentos, mas observar os movimentos que o documento faz em conversas, perspectivas e debates particulares”. Isto é, compreender o documento e sua representação pela perspectiva científica da bibliografia.

3.5. A classificação e seus efeitos

A classificação tem sido discutida há um longo tempo e de modo bastante abrangente por diversas áreas de conhecimento. Tomada em seu sentido genérico, de atividade que resulta em parâmetros discriminatórios cujos resultados orien-

tam as mais diversas atividades humanas, a classificação ocupa posição de destaque, desde a abordagem realista de Aristóteles e sua busca pelas categorias universais até as discussões sobre a fenomenologia e a interdisciplinaridade como marcas dos mais recentes avanços das relações entre as diversas ciências.

Afastando-se da compreensão do conceito de classificação orientado pelo princípio do realismo, em que os SOC são instrumentos utilizados para descrever a realidade e que por ancorar na realidade o seu referente advogam a precisão na descrição, adota-se neste artigo o princípio do perspectivismo aplicado a tais sistemas; princípio anunciado por Nietzsche que afirmava não existir uma verdade absoluta, mas verdades subjetivas que são construídas pela multiplicidade de interpretações. Sustenta-se, portanto, que há diversos modos de descrever a realidade e que todos eles podem ser igualmente precisos. Nessa linha teórica, qualquer classificação é perspectiva, isto é, reflete, necessariamente um recorte, um ponto de vista, e os fenômenos de que se ocupam as diversas ciências jamais lhes serão objetos exclusivos.

Consequentemente, não existe a possibilidade de apenas uma única ciência resolver todas as questões que envolvem a solução para um determinado problema.

Como uma espécie de “antídoto” ao modelo tecnicista e realista, García Gutierrez (2007; 2011) vem desenvolvendo o conceito de “desclassificação”. Desclassificar não se refere à simples negativa da classificação, como pode fazer supor o emprego do prefixo de negação que se antepõe ao termo. Tal postura, além de ingenuamente improdutiva, seria absolutamente impraticável, posto que a classificação, enquanto operação gnosiológica e epistemológica, “impregna a totalidade e de modo total, a nossa relação com o mundo” (García Gutierrez, 2011, p. 6, tradução livre).

Assim, desclassificar envolve uma lógica diferente, plural e não essencialista, implica uma tomada de consciência a respeito da incompletude, do viés, da arbitrariedade e da subjetividade presentes na classificação.

Algumas questões de ordem tecnológica também se colocam. Como resolver, por exemplo, no âmbito das bibliotecas, as diversas questões apontadas com o emprego de sistemas de classificação ou tesouros disciplinarmente estruturados que replicam um modelo positivista de descrição das relações entre as ciências?

Nesse sentido, há resultados de pesquisas teórico-aplicadas sobre construção de SOC que já

dialogam de modo produtivo com a interdisciplinaridade, com o perspectivismo e com abordagens integradoras da cultura. No conjunto desses estudos, destacam-se, além dos autores citados no texto, alguns outros: Hudon (1997), Beghtol (2002), Olson (2002), Smiraglia (2014), El Hadi (2015), Gnoli (2016, 2017a, 2017b, 2018), Lara; Mendes (2017), Szostak; Gnoli; López-Huertas (2016).

No espectro das implicações correlacionadas aos referentes socioculturais dos SOC, destacam-se também as relações entre classificação e poder. Os exercícios de poder, dos quais a classificação é fonte e manifestação, ocorrem nos microcósmos das manifestações diárias,

uma classificação poderosa e milenar protegida pela tradição, sabedoria, conhecimento, memória, identidade, estabilidade, religião, cultura, ciência e modo de vida, como se costuma dizer, todos cooperando na busca de uma classificação idêntica e imutável que divulga incessantemente suas estruturas. Uma classificação concebida como origem e destino do mundo, sempre submissa e reforçando a ordem estabelecida em espaços nos quais talvez nenhuma ordem seja necessária (García Gutierrez, 2011, p. 11).

As estruturas classificatórias que sustentam os diversos tipos de SOC são, afinal, orientadas e, de certo modo, reguladas por alguma estrutura classificatória mais ampla e ubíqua, composta por macro e microrrelações, ainda que os sistemas utilizados para classificar e os critérios que os norteiam não sejam necessária e suficientemente explicitados.

Além do mais, tem-se como agravante que nem todas as classificações são formalizadas e, quando tomadas como naturais, geram percepções e comportamentos que se reproduzem facilmente. Os sistemas bons e úteis à manutenção do *status quo*, aliás, são invisíveis por definição (Bowker; Star, 2000). Nesse sentido, é fundamental compreender como as categorias são construídas e até mesmo desafiar os silêncios que as cercam.

Considerando-se o contexto social, há sempre muitas dificuldades para encaixar a pluralidade dos fenômenos no modelo aristotélico de classificação e sua contradição interna com classes definidas em limites rígidos e mutuamente excluídos. A rigidez nas classificações provoca, invariavelmente, mais prejuízos que benefícios, alcançando, inclusive, momentos de paroxismo. Veja-se, por exemplo, o emprego da classificação a serviço dos interesses do *apartheid* na África do Sul em seus limites rígidos, evidentemente não assentados em bases científicas, para

a fixação do que se quis compreender como característica definitiva do polêmico e contraditório conceito de “raça” (Bowker; Star, 2000).

4. Considerações finais

A relação dialógica entre as questões socioculturais e a organização do conhecimento aponta para a reflexão de que SOC podem ser artefatos atravessados pelo poder que contribuem para a manutenção, reprodução e sustentação de comportamentos, atitudes e ideias; manutenção e reprodução da intolerância, desigualdades e efeitos de silêncio.

Contra a homogeneização cultural e os usos dos SOC como reguladores culturais traz-se para o debate a classificação e seus efeitos de sentido adotando o princípio do perspectivismo como possibilidade para compreensão analítico-crítica das classificações.

Incorporar a diversidade cultural aos SOC requer, minimamente, a atenção a três elementos que, embora facilmente identificáveis, revelam-se extremamente complexos em seu aspecto pragmático: a) o mapeamento e o reconhecimento das diferentes perspectivas socioculturais pelas quais um determinado conceito pode ser observado; b) a incorporação dessa diversidade aos SOC pela flexibilização da estrutura classificatória que os sustenta; c) a explicitação dos pontos de vista adotados na construção dos SOC.

Não são exatamente novas todas as questões que se apresentam ao debate. Como se apontou neste artigo, desde o momento em que se reconheceu o aspecto teleológico da organização do conhecimento, *lato sensu*, seus sistemas e processos foram reorientados para a incorporação do contexto (cultura) e das necessidades de informação do usuário. Ainda são, contudo, questões oportunas e tornadas ainda mais complexas pelas possibilidades de alcance das tecnologias digitais e pelos efeitos da globalização.

Considerando a dimensão complexa do diálogo assumido neste trabalho, não se espera de forma alguma esgotá-lo na oportunidade, ao contrário, que provoque desdobramentos já que “as categorias do pensamento humano nunca são fixadas de forma definitiva; elas se fazem, desfazem e refazem incessantemente: mudam com o lugar e com o tempo” como disse Durkheim (1909, s. p.).

Notas

(1) No original “De quelques formes primitives de classification”, publicado em 1901.

Referências

- Beghtol, C. (2002). A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. // *Journal of Documentation*. 58:5, (2002) 507-532.
- Bowker, G. C.; Star, S. L. (2000) *Sorting things out: classification and its consequences*. Cambridge: MIT Press, 2000.
- Deleuze, G. (1992). *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 1992.
- Durkheim, E. (1909). *Sociologie religieuse théorie de la connaissance*. // *Revue de Métaphysique et de morale*. 17:6 (Nov. 1909) 733-758. <https://www.jstor.org/stable/40895159> (2021-04-09).
- Durkheim, É.; Mauss, M. (2009) *Primitive classification*. Tradução de: Rodney Needham. London: Cohen & West, 2009.
- El Hadi, W. M. Cultural interoperability and knowledge organization systems. // Guimarães, J. A. C.; Dodebei, V. L. D. L. M. (orgs.). *Organização do conhecimento e diversidade cultural*. Marília: ISKO-Brasil, 2015. 575-606.
- Foucault, M. (2013). A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- Foucault, M. (2014). *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- García Gutierrez, A. (2007) *Desclasificados: pluralismo lógico y violencia de la clasificación*. Barcelona: Anthropos, 2007.
- García Gutierrez, A. (2011). Desclassification in knowledge organization: a post-epistemological essay. // *Transformação*. 23:1 (Jan./Abr. 2011) 5-14.
- García Marco, FJ (2016). Normas y estándares para la elaboración de tesauros de patrimonio cultural. // ESPAÑA. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. *El lenguaje sobre el patrimonio: estándares documentales para la descripción y gestión de colecciones*. Madrid: Secretaría General Técnica, 2016. 29-46.
- Gnoli, C. (2016). Classifying phenomena: part 1: dimensions. // *Knowledge Organization*. 43:6 (2016) 403-415.
- Gnoli, C. (2017a). Classifying phenomena: part 2: types and levels. // *Knowledge Organization*. 44:1 (2017) 37-54.
- Gnoli, C. (2017b). Classifying phenomena: part 3: facets. // Smiraglia, R; Lee, H-L. (eds.). *Dimensions of knowledge: facets for knowledge organization*. Würzburg: Ergon, 2017, p. 55-67.
- Gnoli, C. (2018). Classifying phenomena: part 4: themes and rhemes. // *Knowledge Organization*. 45:1 (2018) 43-53.
- Guimarães, J. A. C. (2015). *Organização do conhecimento: passado, presente e futuro em um contexto de diversidade cultural*. // Guimarães, J. A. C.; Dodebei, V. L. D. L. M. (orgs.). *Organização do conhecimento e diversidade cultural*. Marília: ISKO-Brasil, 2015. 13-19.
- Guimarães, J. A. C. (2017). Slanted knowledge organization as a new ethical perspective. In: Andersen, Jack; Skouvig, L. (orgs.). *The organization of knowledge caught between global structures and local meaning*. Bingley: Emerald Publishing, 2017. 87-102.
- Hall, S. (1997). A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. // Thompson, K. *Media and Cultural Regulation*. Inglaterra: Educação & Realidade, 1997. http://www.gpef.fe.usp.br/teses/agenda_2011_02.pdf (2021-08-04).
- Herrera López, S. (2006). Sobre las formas de clasificación en Durkheim y Bordieu. // *Voces y contextos*. I:II (2006) 1-18.
- Hjørland, B. (2006). Intellectual organization of knowledge. 2006. http://arkiv.iva.ku.dk/kolifeboat/CONCEPTS/intellectual_organization_of_knowledge.htm (2021-08-09).

- Hjørland, B. (2007). Social organization of knowledge. 2007. http://arkiv.iva.ku.dk/kolifeboat/CONCEPTS/social_organization_of_knowledge.htm (2021-08-09).
- Hjørland, B.; Pedersen, K. N. (2005) A substantive theory of classification for information retrieval // *Journal of Documentation*. 61:5 (2008) 582-597.
- Hjørland, B. Semantics and knowledge organization. // *Annual Review of Information Science and Technology*. 41:1 (2008) 367-405.
- Hudon, M. (1997). Multilingual thesaurus construction: integrating the views of different cultures in one gateway to knowledge and concepts. // *Knowledge Organization*. 24:2 (1997) 84-91.
- International Organization for Standardization. (2011) ISO 25964: information and documentation: thesauri and interoperability with other vocabularies - part 1: thesauri for information retrieval. Genebra.
- Lara, M. L. G.; Mendes, L. C. (2017) Referências socioculturais nos sistemas de organização do conhecimento. // *Iris: informação, memória e tecnologia*. 3:n.esp. (2017) 26-44.
- Laraia, R. S. (2001). *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- Mai, J.-E. The modernity of classification. // *Journal of documentation*. 67:4 (2011) 710-730.
- Mazzocchi, F. (2018). Knowledge organization systems (KOS): an introductory critical account. // *Knowledge Organization*. 45:1 (2018) 54-78.
- Moreira, W. (2018). *Sistemas de organização do conhecimento: aspectos teóricos, conceituais e metodológicos. Tese (Livre-docência em Sistemas de Organização do Conhecimento) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018.*
- Needham, R. (2009). Introduction. // Durkheim, E.; Mauss, M. *Primitive classification*. Tradução de: Rodney Needham. London: Cohen & West, 2009. viii-xxxii.
- Olson, H. A. (2002). *The power to name: locating the limits of subject representation in libraries*. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher, 2002.
- Orlandi, E. P. (2020). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes Editora, 2020.
- Shera, J. H. (1959). What lies ahead in classification. In: Eaton, T.; Strout, D. E. (Eds). *The role of classification in the modern american library: papers presented at an institute conducted by the University of Illinois Graduate School of Library Science, November 1-4, 1959*. Michigan: Edward Brothers, 1959. 116-128.
- Siqueira, J. C. O. (2010). O conceito de classificação: uma abordagem histórica e epistemológica. // *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. 6:1 (Jan./Jun. 2010) 37-49.
- Smiraglia, R. P. (2012). Epistemology of domain analysis. // Smiraglia, R. P.; Lee, H.-L. (eds.). *Cultural frames of knowledge*. Würzburg: Verlag, 2012. 111-124.
- Smiraglia, R. P. (2014). *The elements of knowledge organization*. Cham: Springer, 2014.
- Szostak, R.; Gnoli, C.; López-Huertas, M. (2016). *Interdisciplinary knowledge organization*. Cham: Springer, 2016.
- Whitley, R. R. (1984). *The intellectual and social organization of the sciences*. Oxford: Oxford University Press, 1984.
- Williams, R. (2015). *Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo*. São Paulo: Unesp, 2015.

Enviado: 2022-04-12. Segunda versão: 2022-07-07.
Aceptado: 2022-10-27.
